

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

**Título: As ocupações e a pandemia no centro da cidade de São Paulo**

Manoela Fagundes Gobbi Barbosa

Maria Rita Garcia Loureiro

São Paulo – SP

2021

## **Título: As ocupações e a pandemia no centro da cidade de São Paulo**

### **[Resumo]**

Há algumas décadas, a questão habitacional se tornou objeto de ação tanto de governos locais quanto de movimentos sociais. No município de São Paulo, um dos principais repertórios de ação utilizado pelos movimentos de moradia tem sido a ocupação de imóveis ociosos no centro da cidade. Além de contribuir para pressionar por políticas públicas habitacionais, essa estratégia também garante que parte dos integrantes dos movimentos tenham uma alternativa habitacional no centro, ainda que provisória ou inadequada, pois muitos imóveis ocupados se encontram em condições precárias e com alta densidade populacional. Considerando que a pandemia de Covid-19 implicou grave crise econômica, política e sanitária e que seu impacto foi sentido de forma mais acentuada pela população de baixa renda, como muitos dos moradores das ocupações, o presente artigo tem como objetivo compreender como as ocupações do centro da cidade de São Paulo estão enfrentando a pandemia e seus efeitos adversos. Em termos metodológicos, esta pesquisa realizou um levantamento bibliográfico sobre o histórico das políticas habitacionais no país e das ocupações no centro de São Paulo, uma pesquisa sobre matérias de jornais que tratavam das ocupações na pandemia, além de doze entrevistas com roteiros semiestruturados divididas em quatro categorias: (i) moradores de ocupações, (ii) gestores públicos, (iii) estudiosos do tema e (iv) líderes de movimentos sociais. Os resultados encontrados indicam que a pandemia recrudescer alguns dos principais desafios já identificados pela literatura em relação às ocupações: (i) moradores ainda mais fragilizados em termos econômicos e políticos; (ii) lotação máxima na maioria das ocupações, (iii) aumento de despejos e remoções, apesar das tentativas de resistência; (iv) necessidade de líderes nos movimentos sociais para gerir a crise e (v) fraca atuação dos órgãos governamentais.

**Palavras-chave:** Ocupações. Pandemia. Políticas habitacionais. Crise sanitária.

# SUMÁRIO

<i>1</i>	<i>INTRODUÇÃO</i>	<i>4</i>
<i>2</i>	<i>TEORIA</i>	<i>5</i>
<i>3</i>	<i>MÉTODOS</i>	<i>9</i>
<i>4</i>	<i>RESULTADOS</i>	<i>10</i>
<i>4.1</i>	<i>ANÁLISE DAS ENTREVISTAS</i>	<i>10</i>
<i>4.2</i>	<i>CRISE ECONÔMICA E HABITACIONAL</i>	<i>12</i>
<i>4.3</i>	<i>CONSEQUÊNCIAS DA CRISE</i>	<i>12</i>
<i>4.4</i>	<i>O QUE FOI FEITO PELAS OCUPAÇÕES</i>	<i>12</i>
<i>4.5</i>	<i>MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL</i>	<i>13</i>
<i>4.6</i>	<i>INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS</i>	<i>14</i>
<i>5</i>	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	<i>15</i>
<i>6</i>	<i>REFERÊNCIAS</i>	<i>16</i>
<i>7</i>	<i>Apêndice</i>	<i>18</i>
<i>7.1</i>	<i>Semi-estrutura de Roteiro da Entrevista com Gestores</i>	<i>18</i>
<i>7.2</i>	<i>Semi-estrutura de Roteiro da Entrevista com Líderes de Movimentos Sociais</i>	<i>18</i>
<i>7.3</i>	<i>Semi-estrutura de Roteiro da Entrevista com Moradores das Ocupações</i>	<i>19</i>
<i>7.4</i>	<i>Semi-estrutura de Roteiro da Entrevista com Estudiosos do Tema</i>	<i>19</i>
<i>7.5</i>	<i>Calendário de Entrevistas</i>	<i>20</i>

## 1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, foi notificado o primeiro caso de coronavírus, doença respiratória altamente contagiosa, na cidade de Wuhan, China. Poucos meses depois, o coronavírus se espalhou mundialmente e, no dia 11 de março de 2020, ganhou status de pandemia, após declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS). Como forma de mitigar o avanço da doença, autoridades internacionais incentivaram o isolamento social da população, bem como regras estritas de higiene pessoal.

Foi uma mudança abrupta e complexa enfrentada por todos os países. No Brasil, a crise sanitária somou-se às crises política e socioeconômica: a politização do vírus por parte do Governo Federal dificultou as campanhas estaduais e municipais de isolamento social e confundiu a população sobre quais medidas de prevenção eram mais adequadas (ABRUCIO, GRIN, FRANZESE, SEGATTO, 2021). O decretamento do estado de calamidade pública, bem de isolamento social, impostos, respectivamente, pelos Governos Federal e Estaduais na segunda quinzena de março de 2020, deixou milhões de trabalhadores informais em situação de vulnerabilidade, impossibilitados de ir às ruas e garantir sua renda, e resultou em demissões e, conseqüentemente, no aumento de profissionais desempregados.

Os desafios trazidos pelo vírus tornaram-se ainda maiores em virtude da desigualdade social presente há anos no Brasil, com parte da população vivendo em habitações precárias, sem saneamento básico, acesso à água e possibilidade de cumprir com o isolamento social por conta do alto número de moradores que dividem um único espaço (WERNECK e CARVALHO, 2020).

Mesmo o déficit habitacional sendo um problema antigo no país e a causa do surgimento de movimentos sociais por moradia, ele foi agravado com a instauração do cenário pandêmico, que aumentou a taxa de desemprego, diminuiu a renda da população, “encolheu” a classe média, agora igualada ao tamanho da classe baixa (Instituto Locomotiva, 2020) e fez com que, somente na cidade de São Paulo, milhares de famílias não conseguissem arcar com as despesas de aluguel e moradia, fazendo-as procurar alternativas habitacionais, mesmo que precárias, para evitar o pior cenário: não ter um teto (Folha de S. Paulo, 2021)<sup>1</sup>.

Diante disso, este artigo realiza um estudo exploratório com o objetivo de analisar como as habitações precárias, especificamente as ocupações de imóveis ociosos, estão lidando com a pandemia e sendo afetadas por ela. Com foco nas ocupações do centro da cidade de São Paulo, buscamos entender como esses ambientes e seus gestores adotaram, dentro do possível, o isolamento social e as práticas de higiene pessoal recomendadas em um ambiente com alta densidade populacional e, por vezes, sem saneamento básico. Pretende-se também apresentar as ações efetuadas pelo governo municipal de São Paulo para as ocupações, contribuindo para a compreensão dos principais acertos e desafios que marcam a gestão pública municipal neste momento de crise.

---

<sup>1</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/sem-casa-nem-renda-milhares-de-familias-vivem-sob-a-angustia-do-despejo-em-meio-a-pandemia.shtml>

Este artigo está dividido em três seções, além da introdução, considerações finais, sendo elas: i) teoria, ii) métodos, iii) resultados. A primeira seção descreve o surgimento das políticas públicas habitacionais no Brasil e seus resultados insuficientes para suprir o déficit habitacional desde os Governos Vargas até o governo atual; levanta um breve histórico das ocupações na cidade de São Paulo, sobretudo no Centro e evidencia a importância dos movimentos sociais na luta a favor da moradia e esta como direito fundamental. A segunda seção aponta os métodos utilizados nesta pesquisa, e por fim, a terceira e última seção analisa os resultados obtidos na pesquisa.

## **2 TEORIA**

Essa seção aborda (i) as políticas públicas habitacionais implementadas no Brasil desde os Governos Vargas até a atualidade, (ii) a segregação das cidades brasileiras, sobretudo a cidade de São Paulo, em decorrência dos processos de extrema desigualdade de renda, condições de moradia e de disponibilidade de serviços públicos urbanos e (iii) o déficit habitacional nessa cidade. Essa seção também enfatiza as ocupações de imóveis ociosos do centro da cidade de São Paulo e seu histórico, objetivos e características. De forma geral, o crescimento das cidades no Brasil se intensificou com a industrialização e o êxodo rural, especialmente em meados do século passado, caracterizando um processo bastante descoordenado, sem um devido planejamento e marcado por enormes contrastes entre os bairros das classes ricas e os bairros populares em que cresciam os cortiços e depois as favelas, sem saneamento, ou qualquer outro serviço urbano básico. As poucas políticas urbanas existentes até então preocupavam-se apenas com o embelezamento do espaço dos bairros das classes mais abastadas e eram orientadas para atrair os investimentos estrangeiros (DUMONT, 2014).

Foi apenas no governo de Getúlio Vargas, a partir dos anos 1930, com a industrialização e urbanização mais intensa do país, decorrentes do modelo desenvolvimentista, que as políticas habitacionais entraram na agenda governamental. A cidade ilegal, nome dado para favelas, cortiços, assentamentos precários, era comum nas cidades brasileiras, sendo gerada pelos escassos recursos financeiros da população em situação de pobreza, ausência de políticas habitacionais em larga escala e especulação imobiliária, que mantinha o preço dos imóveis e terrenos bastante elevados, impedindo que os trabalhadores tivessem acesso a eles. É diante desse quadro que se pode falar em duas vertentes com relação à terra nas cidades brasileiras: uma que gira em torno da omissão do Estado frente à especulação imobiliária, e a segunda que se refere aos movimentos de luta pela terra (MARICATO, 2000).

Nesse governo e nas décadas seguintes, foram criados alguns programas habitacionais no país, mas todos eles voltados apenas a grupos sociais específicos, ligados a institutos de aposentadorias e pensões de determinados segmentos da classe trabalhadora. A Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946 foi um deles, que foi formulada no mandato do presidente Dutra, porém implementada apenas no governo Vargas (MELO, 1990).

Foi em 1964, já no governo militar, diante da enorme pressão por moradia que continuava existindo no país, que foi criado o Plano Nacional de Habitação, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Essa iniciativa representou o primeiro esforço para se

criar um programa nacional de moradia no país. Mas, além de não ter atingido as populações de baixa renda, funcionando mais para financiar a compra de moradias pelas classes média, esse programa, como várias outras iniciativas no âmbito dos governos estaduais ou municipais, responsáveis pela criação de conjuntos habitacionais (Companhias de Habitação, as Cohabs), serviam, segundo Maricato, para criar a ideia de que existiria planejamento urbano no Brasil. Na verdade, Maricato afirma que tais políticas visavam apenas a construção sistemática de habitações na "cidade legal", enquanto os movimentos sociais que pertenciam à "cidade ilegal" eram criminalizados pela polícia (MARICATO, 2000).

No governo Fernando Henrique Cardoso, as políticas habitacionais se concentraram na área de regularização urbana. Além de sancionado o Estatuto da Cidade, lei que regulamenta o capítulo "Política Urbana" na Constituição de 1988, dois programas destacam-se nesse período, segundo Loureiro (2015), são eles o Programa de Arrendamento Habitacional (PAR) e o Programa de Subsídio Habitacional (PSH). Este último seguia uma visão liberal e procurava excluir intermediários, ou seja, oferecia subsídio diretamente para o subsidiado através de um leilões das instituições que ofereciam o financiamento.

Esse breve histórico das políticas públicas urbanas e habitacionais deixa evidente que houve diferentes políticas habitacionais no Brasil, mas que foram insuficientes para reduzir o crescente déficit habitacional do país. Nesse quadro histórico pode-se afirmar que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Governo Lula, representou uma mudança considerável na área habitacional não só pela dimensão quantitativa de moradias a serem construídas, mas também na dimensão do prazo estabelecido e sobretudo em relação aos subsídios estabelecidos para as camadas mais pobres da população. Entretanto, diante da crise política e financeira que assola o país desde meados da década de 2010, este e outros programas habitacionais promovidos pelo Governo Federal foram gradualmente esvaziados, principalmente em termos de disponibilidade de recursos financeiros.

Portanto, diante do enorme déficit e inadequação habitacional existente no Brasil há décadas, a questão habitacional se tornou objeto de ação de governos locais, mas também de movimentos sociais. Os movimentos populares de luta pela moradia começaram a atuar de forma organizada a partir da década de 1980 e, desde então, tiveram conquistas significativas. No âmbito nacional, eles assumiram o protagonismo da construção legal e institucional da política urbana e habitacional brasileira ocorrida nos governos petistas (RODRIGUES, 2013).

Sobre as ocupações no centro da cidade de São Paulo, um dos municípios com maior déficit habitacional absoluto, suas causas se originam antes de elas começarem de fato a existir. Nos anos 1960, o centro expandido começou a ser consolidado em virtude do deslocamento da alta classe e do mercado imobiliário para a região Sudoeste da cidade, gerando expansão urbana. Esse processo se intensificou nos anos 1980 e 1990, onde nasciam novos polos de centralidade e valorização imobiliária nas regiões da Paulista, Avenida Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros (BLOCH, 2007).

Essa mudança urbana ocorreu porque as promessas e especulações imobiliárias nas novas regiões cresciam ao inaugurar-se edifícios maiores, com melhor infraestrutura de telecomunicação, andares livres e que comportassem estacionamento próprio (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004).

Por fim, o processo de degradação do centro da cidade criou forma. A popularização do centro se consolidou e, concomitantemente, o crescimento do número de espaços vazios e ociosos, reforçado pela existência de sistema de transporte público coletivo, grande concentração de empregos formais e informais e pequenos comércios.

Atentos às novas dinâmicas do Centro de São Paulo, o poder público passou a investir na revalorização da área, em 1997, com a chamada Operação Urbana. A operação tinha como premissa a valorização imobiliária, a exploração turística e a gentrificação dos espaços. Em 1982 o Movimento Unificado de Favelas e Cortiços (MUFC) já existia, porém, foi apenas em 1997 que o primeiro movimento social de luta pelo direito à habitação nos edifícios ociosos do centro surgiu oficialmente. Nomeado União das Lutas dos Cortiços (ULC), o movimento social de vanguarda realizou suas primeiras ocupações nesse mesmo ano, sendo a de maior destaque a ocupação do conjunto de casas de propriedade da Universidade de São Paulo (USP), nos Campos Elísios (FRUTUOSO; KATO, 2019).

No decorrer dos anos 1997, 1998 e 1999 as ocupações criaram força e se disseminaram na cidade de São Paulo. Elas eram coordenadas pela União dos Movimentos de Moradia (UMM) e alcançaram o devido impacto na mídia e o primeiro olhar do poder público para a questão. Após esses três anos de intensa atividade e conquista da atenção do governo, surgiram mais movimentos sociais, fortes até hoje, como o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento de Moradia da Região do Centro (MMRC). Na verdade, os movimentos sociais por moradia do Centro estão sob o guarda-chuva de dois movimentos maiores: Frente de Luta por Moradia (FLM) e União de Movimentos por Moradia (UMM).

Atualmente, em São Paulo, o movimento de moradia é um dos principais movimentos populares da cidade e luta tanto pelo acesso a serviços públicos e à moradia quanto pela ampliação da cidadania e do direito à cidade. Um dos seus principais repertórios de ação tem sido a ocupação de imóveis ociosos no centro da cidade (TATAGIBA, PATERNIANI, TRINDADE, 2012). Além de contribuir para pressionar por políticas públicas habitacionais, essa estratégia também garante que parte dos integrantes dos movimentos tenham uma alternativa habitacional no centro, ainda que provisória ou inadequada, pois muitos imóveis ocupados se encontram em condições precárias e com alta densidade populacional.

Segundo informações de 2018 da Secretaria Municipal de Habitação, atualmente, na cidade de São Paulo, existem 206 ocupações irregulares, sendo que 53 estão no Centro da cidade. As outras 153 ocupações estão espalhadas pelas demais regiões, com 38 na Zona Norte, 45 na Zona Leste, 31 na Zona Sul, 27 na região Sudoeste e 12 no Extremo-Sul.

O crescente número de ocupações e movimentos sociais no centro da cidade deixa claro o surgimento de uma janela de oportunidade para que tal questão entre para a agenda pública, com necessidade de atendimento por políticas públicas. Além disso, a quantidade de prédios ociosos no centro também evidencia as falhas das políticas habitacionais. Sabe-se que as condições habitacionais das ocupações são por muitas vezes insalubres, com falta de saneamento básico e energia elétrica, sem contar com a alta densidade demográfica, que dificulta uma série de atividades fundamentais para saúde, como horas de sono e higiene pessoal. Um bom exemplo que explicita tais afirmações é o caso do

desabamento do edifício Wilton Paes em 2018. A tragédia colocou em pauta a precariedade da vida dos moradores, a contradição de um centro desocupado diante da necessidade habitacional e a inadequação das relações entre os movimentos sociais e o poder público (KATO; FRUTUOSO, 2019). Em outras palavras, o ocorrido serviu não apenas para o direcionamento de atenção do poder público, mas para legitimar o discurso dos movimentos sociais de habitação no Centro em relação às suas necessidades.

Os movimentos lutam pelo direito à moradia e fazem de suas ocupações sua habitação. Entretanto, não demorou para que percebessem que a moradia improvisada trazia inúmeros problemas relacionados à salubridade e segurança, contrariando o objetivo levantado pelos movimentos sociais de “moradia digna e adequada”. Foi então que a ideia de “ocupação temporária” se difundiu entre os movimentos, com a premissa de “ocupar para pressionar o poder público”, isto é, chamar atenção para a importância de políticas públicas para sanar essa problemática (FRUTUOSO; KATO, 2019).

Considerando as condições precárias de vida cotidiana impostas pelas ocupações do Centro da Cidade de São Paulo, assumimos que elas podem ter se agravado durante a pandemia. Além disso, ainda são escassos os estudos que analisam este fenômeno nos espaços de ocupações, até mesmo por este ser um evento muito recente. Por isso, nessa pesquisa, abordamos a questão de como os movimentos sociais e os moradores dessas habitações estão se organizando para se adequar às novas normas de isolamento social e diretrizes de higiene pessoal e pública da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ademais, é importante analisar, caso existam políticas públicas que estão atendendo à população vulnerável, se elas estão sendo implementadas de forma correta ou se há falhas tanto na formulação como na implementação. Essa dúvida é levantada pois, por vezes, opta-se por soluções mais baratas que não solucionam o problema, apenas remediando a situação de uma maneira ineficaz a longo prazo.

Considerando, de um lado, que a pandemia de Covid-19 implicou grave crise econômica, política e sanitária e que seu impacto foi sentido de forma mais acentuada pela população de baixa renda, como muitos dos moradores das ocupações, e, de outro, o atual contexto sociopolítico em que emergem valores e princípios conservadores, que negam valores construídos ao longo do século XX, como a ciência e a democracia representativa, e criminalizam movimentos coletivos e sociais, a seção de resultados tem como objetivo compreender, de forma exploratória, como as ocupações do centro da cidade de São Paulo estão enfrentando a pandemia e seus efeitos adversos.

Finalmente, levando em consideração a condição inadequada e precária de muitas das moradias em ocupações, a análise concentra-se na compreensão de como as ocupações e seus moradores vêm lidando com a pandemia, além do que também vem sendo feito pelo governo municipal e pelos movimentos de moradia que possibilitem mitigar o avanço do coronavírus. Assume-se que é necessário compreender o efeito da pandemia nestes espaços de forma pormenorizada visto que eles se caracterizam por alta densidade demográfica, problemas de infraestrutura, dificuldade de distanciamento social e de higiene pessoal e a impossibilidade de os moradores pararem de trabalhar já que precisam garantir seu sustento.

### 3 **MÉTODOS**

Esta pesquisa se estruturou com base em um levantamento bibliográfico sobre as políticas habitacionais no país e as ocupações no centro de São Paulo, pesquisa de matérias de jornais que tratavam das ocupações na pandemia, além de doze entrevistas com roteiros semiestruturados.

O levantamento bibliográfico foi composto por artigos acadêmicos que possibilitaram a compreensão do histórico das Políticas Públicas no Brasil, as transformações urbanísticas na cidade de São Paulo e, sobretudo, no Centro, o surgimento dos movimentos sociais de luta à moradia e das ocupações. Além da revisão acadêmica, foi feito um acompanhamento do noticiário dos principais jornais – ou sites dos movimentos sociais – que tratavam da questão da moradia durante o período de pandemia.

O levantamento acadêmico e o noticiário se complementaram por conta de suas diferentes funções: o acadêmico foi necessário para dar o embasamento histórico e teórico do tema em questão enquanto os jornais e redes sociais serviram para suprir a necessidade de compreendermos o que acontecia dia após dia conforme a pandemia avançava, além de possibilitar a análise entre os dados levantados na mídia e nas entrevistas realizadas para esta pesquisa.

Os materiais jornalísticos encontrados foram divididos em três grupos, sendo eles: coronavírus, moradia e urbanismo; ação de proteção do direito à moradia; campanhas e ações para barrar despejos durante a pandemia. O primeiro grupo de notícias trata de entender como o coronavírus afetou e exigiu modificações nas moradias e no urbanismo. Traz, portanto, a discussão sobre a necessidade de salubridade das habitações. O segundo grupo foca a discussão sobre o direito à moradia, sobretudo em tempos pandêmicos, onde o contato social deve ser evitado, e como este direito pode e deve ser protegido. Por fim, o terceiro grupo de notícias trata dos despejos acontecidos durante a pandemia e quais ações foram feitas para tentar barrar tal ato.

Também faz parte da metodologia o conjunto de entrevistas realizadas ao longo da pesquisa de forma individual e remota com o objetivo de melhor compreender como cada um dos entrevistados enfrentou ou compreendeu o problema, relacionado à situação das ocupações na pandemia. As entrevistas foram realizadas com base em quatro roteiros semiestruturados que foram usados de acordo com o perfil do entrevistado, que variou entre gestor público, morador de ocupação, líder de movimento social e estudioso sobre o tema.

O roteiro feito para os gestores públicos buscou compreender quais foram as dificuldades do Município de São Paulo e a opinião do governo sobre as ocupações. Apropriando-se da diáde antes e depois da pandemia, a entrevista também buscou entender o que estava sendo feito em relação às ocupações antes da pandemia e quais eram os planos e o que mudou com a chegada da pandemia. Também foi colocado em questão os atos de despejos e remoções antes e depois da pandemia, sabendo que este vai contra um direito fundamental. Por fim, o roteiro terminava com as medidas que o governo pretendia tomar para melhorar essa situação além, é claro, da vacinação.

Já o roteiro pensado para os moradores de ocupações buscou compreender a vida destes moradores, suas rotinas e seu pertencimento dentro das ocupações. Perguntas como qual foi o caminho

do indivíduo até a ocupação, o que ele gostaria que fosse mudado e as coisas boas de viver ali abriram as entrevistas até ela avançar ao segundo momento, quando os questionamentos se voltavam para o cenário da pandemia, o que mudou desde que ela foi decretada e o que o governo vem fazendo para mitigar suas consequências. O roteiro também tratou de todas as esferas públicas e seus principais feitos. Finalmente, foi perguntado aos moradores sobre as diferentes fases da pandemia e como a ocupação em que vivem enfrentou-as e qual seria a melhor forma de ajudá-los neste período.

O roteiro feito para os líderes de movimentos sociais teve como base o roteiro feito para os moradores, isto é, algumas perguntas do roteiro anterior foram trazidas para as entrevistas dos líderes de movimentos sociais, considerando que muitos deles moram em ocupação ou fazem a sua gestão com proximidade. Nessas entrevistas, além de ter sido perguntado sobre as origens dos movimentos sociais, suas variações e relevância na luta por moradia, questionou-se a importância da figura do líder em momentos de crise e como eles encaram estas responsabilidades e, por fim, qual seria a interpretação desses líderes no que tange ao fim da pandemia e às consequências para habitações precárias.

Os estudiosos sobre a temática habitacional tiveram seu roteiro de entrevista pautado pela intenção de compreender, em linhas gerais, os movimentos sociais no contexto histórico-cultural da cidade de São Paulo, os pontos positivos e negativos de se morar numa ocupação no Centro da cidade e as formas de contribuição que podem ser feitas pela sociedade civil. No que tange à pandemia, perguntas como o que devemos prestar atenção, o que mudou e quais foram os impactos, bem como o que o Estado deveria estar fazendo em relação a essa temática foram questionadas. O roteiro termina com o significado das remoções para as ocupações, moradores e cidade e a análise da previsão dos efeitos negativos da pandemia.

Por fim, as entrevistas foram integralmente transcritas e analisadas. A partir da leitura e análise das entrevistas, foram criadas categorias que indicavam, através de marcações de diferentes cores ao longo do texto transcrito do áudio das entrevistas, o número de vezes que determinado assunto foi trazido para a discussão pelos entrevistados e se suas falas são contraditórias entre si ou se seguem uma linha de tendências. Na próxima seção, tratarei dos resultados obtidos pela pesquisa.

#### **4 RESULTADOS**

Esta seção é destinada aos resultados encontrados neste estudo exploratório com base na leitura da bibliografia levantada e na análise da fala dos entrevistados. Esta seção é subdividida em: (1) análise das entrevistas, (2) crise econômica e habitacional, (3) consequências da crise, (4) o que foi feito pelas ocupações, (5) mobilização da Sociedade Civil, (6) iniciativas Governamentais.

##### **4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

Parte dos resultados pôde ser concluída com base nas transcrições integrais do áudio das entrevistas, que foram feitas de forma online devido à pandemia. Os textos puderam ser posteriormente divididos nas seguintes categorias:

Tema	Cor
Consequências da Pandemia para a sociedade	Amarelo Claro
Histórico e Importância das Ocupações e dos Movimentos Sociais	Amarelo Escuro
Gestão das Ocupações e dos Movimentos Sociais	Azul Claro
Consequências da pandemia para às ocupações	Azul Escuro
Apoio do governo às ocupações durante a pandemia	Cinza Escuro
Sugestões sobre o que poderia estar sendo feito	Cinza Claro
Ocupações Específicas	Laranja Escuro
Experiência dos Entrevistados	Rosa Claro
Remoções	Rosa Escuro
Interação entre ocupações e sociedade civil em tempos normais	Verde Claro
Apoio da sociedade civil às ocupações durante a pandemia	Verde Escuro
Ocupações e vida no Centro de SP	Vermelho Claro
Outros	Transparente

Cada frase ou parágrafo que se preocupava com uma questão específica era grifado de uma cor previamente escolhida que representasse o tema em questão. Essa análise nos ajudou a entender quantas vezes tais temas foram trazidos à discussão e, portanto, o quão relevante ele era para o debate das ocupações em tempos de pandemia, ancorando a análise de resultados da pesquisa. Ao final das transcrições obtivemos o seguinte resultado:

Tema	Cor	Análise de Discurso												Total	Porcentagem
		Estudiosos				Líderes				Moradores			Gestores		
		Bianca	Danielle	Débora	Morgana	Carmen	Evanisa	Gegê	Janaina	Virginia	Suzinete	Vanessa	Suplicy		
Consequências da Pandemia para a sociedade	Amarelo Claro	3	2	0	1	0	2	0	1	0	0	0	0	9	5%
Histórico e Importância das Ocupações e dos Movimentos Sociais	Amarelo Escuro	2	3	1	3	2	1	4	0	0	0	3	2	21	11%
Gestão das Ocupações e dos Movimentos Sociais	Azul Claro	1	1	2	1	3	5	3	0	1	4	0	1	22	11%
Consequências da pandemia para às ocupações	Azul Escuro	4	6	0	1	3	6	4	0	2	1	0	2	29	15%
Apoio do governo às ocupações durante a pandemia	Cinza Escuro	0	0	0	0	0	1	0	0	1	3	5	0	10	5%
Sugestões sobre o que poderia estar sendo feito	Cinza Claro	3	4	3	3	1	1	0	0	2	2	0	4	23	12%
Ocupações Específicas	Laranja Escuro	2	2	1	1	0	0	3	0	0	0	0	1	10	5%
Experiência dos Entrevistados	Rosa Claro	1	0	0	4	0	2	2	2	1	1	0	1	14	7%
Remoções	Rosa Escuro	1	1	1	3	0	0	0	1	0	0	1	1	9	5%
Interação entre ocupações e sociedade civil em tempos normais	Verde Claro	1	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	3%
Apoio da sociedade civil às ocupações durante a pandemia	Verde Escuro	4	4	1	3	4	2	1	1	0	0	0	1	21	11%
Ocupações e vida no Centro de SP	Vermelho Claro	3	4	1	3	0	0	1	2	0	1	0	2	17	9%
Outros	Transparente	0	2	2	4	0	0	0	0	0	0	0	1	9	5%
													<b>Total:</b>	<b>200</b>	<b>100%</b>

#### **4.2 CRISE ECONÔMICA E HABITACIONAL**

Nos anos de 2020 e 2021, com a crise econômica instaurada pelo fechamento do comércio a fim de mitigar a propagação do vírus, muitas famílias perderam suas principais fontes de renda e, por conta disso, ficaram impossibilitadas de pagar seus aluguéis. Assim, famílias foram despejadas e recorreram às ocupações. Não por escolha, mas por necessidade e falta de proatividade do Estado para driblar essa problemática.

Sobre isso, concluiu-se que no ano de 2020 4,9 milhões de pessoas saíram da classe média e, pela primeira vez em dez anos, o estrato social intermediário passou a representar menos da metade da população brasileira (Instituto Locomotiva, 2020). Em outras palavras, houve uma redução da classe média que “empurrou” boa parte da população para a classe baixa. Este encolhimento também colaborou para o aumento do déficit habitacional, pois agora, uma maior parte da renda das famílias fica destinada apenas a pagar o aluguel.

Em um estudo econômico, Sergio Firpo afirma, usando dados do IBGE de 2018, que, 11,7 milhões de famílias têm gastos excessivos com aluguel, sendo que 48,2% têm renda familiar total até 3 SM e 77,1% até 6 SM. Assim, o pagamento com aluguel corresponde a mais de um terço da renda disponível das famílias com baixa renda familiar (FIRPO, 2020; KLINTOWITZ, 2021).

#### **4.3 CONSEQUÊNCIAS DA CRISE**

Foi esta legítima preocupação sobre a capacidade de pagamento durante a crise sanitária vigente no país e a redução dos recursos financeiros das famílias que fez com que muitas delas fossem despejadas de suas moradias, aproximando-se de 14 mil famílias em todo território nacional, sendo 3.970 só no município de São Paulo (Folha de S. Paulo, 2021). Somando-se a este valor, também existem 34.454 famílias que estão ameaçadas de despejo.

Sem recursos para financiar uma moradia, essas famílias recorreram às ocupações, que trabalharam para poder acolher estes indivíduos, mas logo em seguida, chegaram à sua lotação máxima, levando em consideração que, durante a pandemia, a lotação máxima é menor que a máxima de fato, o que dificultou a expansão da ajuda social, diz Carmem Silva, importante líder do MTST.

#### **4.4 O QUE FOI FEITO PELAS OCUPAÇÕES**

Para corroborar com o isolamento social e as normas da OMS, os líderes de ocupações e movimentos sociais do Centro entrevistados viram a necessidade de tomar algumas providências rápidas, a primeira delas referindo-se à suspensão de quaisquer atividades que tivessem ou incentivassem aglomerações. Incluem-se nesta gama até as atividades de manifestações presenciais, mesmo as que geravam renda, como os eventos culturais da Ocupação 9 de Julho.

Um próximo passo foi a implementação de regras que pudessem aumentar a biossegurança do local. O planejamento seguiu as diretrizes da OMS e foi pensado em conjunto com as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Essas regras envolviam o rígido uso de máscara mesmo dentro de casa, a troca de

roupas e lavagem das mãos e braços ao chegar da rua, o afastamento de pessoas que contraíssem o vírus e o uso frequente de álcool em gel.

O terceiro passo chegou quando as *fake news* referentes à letalidade do vírus começaram a se espalhar, dificultando a compreensão da população sobre o que era, ou não, verdadeiro. Assim, os líderes de movimentos sociais criaram uma rede de informação segura, onde comunicavam aos moradores das ocupações o que estava sendo descoberto sobre o vírus em estudos científicos de todo o mundo, bem como as notas oficiais da OMS.

Um quarto passo foram as campanhas internas: o tamanho das enormes consequências socioeconômicas que a crise sanitária causaria foi percebida quando a comida começou a faltar. Dessa forma, os movimentos sociais se organizaram internamente para conseguirem suprir suas necessidades vitais mais rapidamente. Campanhas internas de doações foram promovidas mas, infelizmente, não obtiveram tanto sucesso já que a demanda por recursos era menor que a oferta.

Dessa forma, o quinto passo foi buscar ajuda externa. “Nós fizemos um ‘pacto da solidariedade’ que a sociedade civil fez e nós recebemos, através desse pacto, muita doação, inclusive da Bem Editora, do Insper, do Itaú Cultural. Nós desenvolvemos um programa de trabalho para 78 costureiras que houve um edital da Fundação Tide Setúbal”, aponta Carmem Silva, que também lembra que toda ajuda externa também se revertia em ajuda através da ‘rede’:

“A gente deu emprego às costureiras, costurando máscaras, inclusive fizemos doação para todo Brasil, e nós compramos e distribuimos 12.500 cestas básicas, e que não foram só para as nossas ocupações, para as ocupações que o MTST gerencia, nós vimos a necessidade de também pactuar com muitas comunidades que estavam vulneráveis. A maior conquista durante a pandemia foi essa troca [...] uma aproximação de conhecimento e uma troca de saberes.”

#### **4.5 MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

As entrevistas indicam que houve grandes movimentos feitos pela sociedade civil ao se deparar com a defasagem ou insuficiência da ação do governo, tema que será abordado em seguida. Isso se traduziu na realização de algumas campanhas.

A primeira delas, como já citada anteriormente, refere-se às campanhas de doações. Foram feitas doações de cestas básicas, álcool em gel, máscaras, medicamentos, kit de limpeza etc. As doações vieram tanto de instituições privadas quanto de cidadãos mais abastados (RODRIGUES, 2021). Também houve campanhas específicas para financiamento pela internet, já que tudo passou a ser feito online.

Em segundo lugar, o olhar que a sociedade civil dedicou a estas ocupações mudou durante a pandemia. Em outras palavras, as iniciativas feitas pela sociedade civil serviram como forma de descriminalizar os movimentos sociais e ocupações (SILVA, 2021; RODRIGUES, 2021; KLINTOWITZ, 2021). A sociedade civil, ao notar que o poder judiciário, quando aprova uma reintegração de posse em plena pandemia, está impedindo que tais famílias façam o mínimo

recomendado pela OMS, que é estar isolado, passa a denunciar este tipo de atitude e, portanto, as ocupações param, por ora, de ser vistas de forma pejorativa. Algumas remoções deixaram de acontecer por proibição do judiciário – mas também houve um caso do juiz que, querendo se proteger do vírus, não compareceu à audiência para assinar a liminar de remoção (TAVOLARI, 2021) . Dessa forma, entende-se como efetiva e necessária as iniciativas da sociedade civil e o surgimento da discussão sobre a situação das ocupações que, somadas a um apoio técnico-jurídico, possa alcançar e vencer negociações que colaborem com a qualidade de moradia e vida dessas pessoas.

Em terceiro lugar, foram mencionadas nas entrevistas três principais campanhas na luta habitacional contra a pandemia, são elas: Despejo Zero, Quartos da Quarentena e Aluguel em Crise.

A primeira, Despejo Zero, surgiu por conta da atuação do judiciário em plena pandemia. Explica Bianca Tavorari, advogada que trabalha com temas urbanos/habitacionais e professora no Insper: “Os Tribunais não estão levando em conta a vulnerabilidade da habitação como um direito, e pensar na pandemia como um fator agravante da situação das pessoas, sem vincular a ideia de moradia à ideia de direito à vida, pois quando não temos onde ficar, numa pandemia, condenar as pessoas a ir para rua é quase como condená-las a se contaminar, e isso é um risco muito grande.” Faz parte da campanha um mapeamento das ocupações - sejam elas antigas ou novas - e dos despejos.

Já a campanha Quartos da Quarentena<sup>2</sup> foi estrategicamente pensada para resolver dois problemas de uma vez só: enquanto quartos de hotel estavam livres por conta da ausência de turistas, estes podiam ser usados para suprir a demanda de indivíduos que precisavam de um lugar para morar, à exemplo do que foi feito no Chile (ROLNIK, 2020)<sup>3</sup>. Em teoria, a conta era simples: havia demanda e havia oferta. Cartas abertas escritas pela sociedade civil pediram uma mobilização da prefeitura de São Paulo, defendendo a instauração de convênios do poder público com a rede de hotelaria para que essa cedesse quartos e contribuísse para a redução da disseminação do vírus. Todavia, por mais que a proposta tenha sido excelente, a campanha foi perdendo força e pouco foi acatado pela prefeitura de São Paulo, que disponibilizou pouquíssimas vagas – em torno de cinquenta.

Por fim, a campanha “Aluguel em Crise” surgiu no Centro da cidade e é composta por pessoas responsáveis por mapear dados sobre aluguel e tentar renegociação. Apesar de tais campanhas, surgiram novas favelas e houve aumento de remoções e despejos durante a pandemia. Houve várias tentativas envolvendo deputados, senadores, movimentos da sociedade civil e líderes de ocupações para lutar pelos direitos, mas nenhuma foi totalmente eficaz. Dessa forma, partimos ao seguinte questionamento: o que, então, o governo municipal vem fazendo?

#### **4.6 INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS**

No que se refere às iniciativas públicas, ações pontuais foram feitas nas primeiras semanas de pandemia, como a passagem periódica dos Agentes Comunitários de Saúde nos lugares onde havia falta

---

<sup>2</sup> <https://www.quartosdaquarentena.minhasampa.org.br/>

<sup>3</sup> <https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2020/03/27/fique-em-casa-como-as-cidades-podem-apoiar-o-isolamento/>

de saneamento básico ou que pudesse se tornar um foco de transmissão. Também foi desenvolvida uma campanha chamada “Cidade Solidária”, uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo e de diversas Entidades da Sociedade Civil Organizada para ajudar as pessoas em situação de extrema vulnerabilidade durante a situação de emergência e do estado de calamidade pública decorrentes da pandemia. A ação conta com a ajuda da população para doações de cestas de alimentos e cestas de higiene e limpeza nos equipamentos da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania ou no galpão da Cruz Vermelha do Brasil. Também pode ser doado dinheiro para um fundo que viabilizará a aquisição de cestas.

Em que pese a realização destas ações emergenciais, concluiu-se que a Prefeitura de São Paulo se ausentou ou atuou de forma insuficiente para lidar com a questão habitacional durante a pandemia, mesmo levando em conta os grandes desafios sanitários que estas moradias precárias tiveram de enfrentar durante o último ano e a possibilidade destas se tornarem um foco de contaminação. Tal situação evidenciou a distância que o setor público manteve desta problemática.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa propôs, como objetivo geral, analisar como as ocupações do centro da cidade de São Paulo lidaram com a pandemia até agora, sem deixar de lado as ações do governo, movimentos sociais e seus respectivos líderes referentes às habitações precárias do centro. Para isso, foi feito um levantamento bibliográfico que embasou a compreensão histórica da formação dessas habitações e dos movimentos sociais e a análise de entrevistas com atores-chave e de notícias de jornais que corroboraram com o entendimento da situação atual destes espaços.

Em linhas gerais, os resultados encontrados indicam que a pandemia recrudesceu alguns dos principais desafios já identificados pela literatura em relação às ocupações: i) moradores ainda mais fragilizados em termos econômicos e políticos; (ii) lotação máxima na maioria das ocupações, (iii) aumento de despejos e remoções, apesar das tentativas de resistência, tornando o déficit e inadequação habitacional ainda maiores; (iv) necessidade de líderes nos movimentos sociais para gerir a crise e (v) fraca atuação dos órgãos governamentais. Referente às transformações sociais, também concluímos uma crescente articulação entre movimentos sociais e sociedade civil, que entendemos com um potencial para ampliação de diálogo e articulação entre as duas partes.

Do ponto de vista socioeconômico, as entrevistas e notícias de jornais apontam que houve um grandíssimo declínio de segmentos de renda média já que a crise econômica gera desemprego e rebaixa mais ainda os salários dos trabalhadores de baixa qualificação o que por sua vez colaborou para a incapacidade de as famílias continuarem pagando o aluguel mensal, levando-as despejo e a necessidade de elas procurarem outro lugar possível para morar. Esta situação aconteceu com inúmeras famílias durante o ano de 2020, ocasionando a lotação máxima na maioria das ocupações e tornando os moradores ainda mais fragilizados em termos econômicos e políticos.

Do ponto de vista político, constatou-se, através das entrevistas, a necessidade das figuras dos líderes de movimentos sociais na tentativa de gerir parte da crise habitacional através de doações e negociações, demandando destes um grande ativismo político e articulação entre Estado, sociedade civil

e movimentos sociais. No que diz respeito ao Estado, notou-se fraca atuação dos órgãos governamentais em relação às questões de moradia e de higiene em habitações precárias durante os meses de pandemia.

Por fim, saliento que a conclusão deste estudo tem como objetivo contribuir com a literatura acerca do tema visto que ainda não há uma grande quantidade de pesquisas sobre a questão das ocupações habitacionais no Centro de São Paulo durante os meses de pandemia por se tratar de um assunto recente.

Por fim, a pesquisa foi um estudo exploratório já que teve, como função, analisar uma situação atual cujos estudos parecem ainda estar em fase inicial ou pouco desenvolvidos sobretudo no recorte específico que tratou apenas do centro da cidade de São Paulo. Por fim, uma de suas funções também foi a de contribuir para a literatura, e de recomendar que estes estudos futuros aprofundem este debate, incluindo as divergências entre as visões dos quatro grupos de atores aqui analisados.

## **6 REFERÊNCIAS**

ABRUCIO, Luis Fernando. GRIN, Eduardo. FRANZESE, Cibele. SEGATTO, Catarina. *Gestión Pública y Políticas Públicas en Tiempos de Emergencia: lecciones aprendidas de la pandemia Covid-19* (pp.139-166). **Edition: Tirant Lo Blanch**. Chapter: Capítulo 4. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/350530250\\_Las\\_Tres\\_Caras\\_del\\_Federalismo\\_Bolsonarista\\_frente\\_al\\_Covid-19\\_Desresponsabilizacion\\_Confrontacion\\_y\\_Descoordinacion](https://www.researchgate.net/publication/350530250_Las_Tres_Caras_del_Federalismo_Bolsonarista_frente_al_Covid-19_Desresponsabilizacion_Confrontacion_y_Descoordinacion)> Acesso em 29 de julho de 2021.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. **Uma análise da política urbana e habitacional no Brasil - A construção de uma ilusão**. UNESP, 2014.

Especial Coronavírus, LabCidade FAUUSP disponível em : <[www.labcidade.fau.usp.br/especial-coronavirus](http://www.labcidade.fau.usp.br/especial-coronavirus)>

FIRPO, Sergio. Quem paga e quem recebe o aluguel no Brasil. **Inspere**. 2020. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/Quem-paga-e-quem-recebe-aluguel-no-Brasil-abril-de-2020.pdf>> acesso em 19 de julho de 2021.

FRUTUOSO, Bárbara; KATO, Volia Regina Costa. **Ocupações no Centro de São Paulo: Desejos de Fixação no Território**. FAU Mackenzie; ENANPUR, 2019.

KLINTOWITZ, D. Entrevista sobre ocupações e pandemia. [Entrevista concedida a Manoela Fagundes]. 2021.

LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinícius; GUERRA, Pedro. **Legitimidade e Efetividade em Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: O Programa Minha Casa Minha Vida**. Revista de Administração Pública. FGV, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Habitação social em áreas centrais** Oculum (Campinas), Campinas – FAU/PucCamp, n.1, p.13-24, 2000. Disponível em <<https://www.quatrocinco.com.br/br/artigos/a/cartografias-da-pandemia?fbclid=IwAR1EiTv25emXZDsCzx2ddcrCVvuZ5KSG1wVtc5ho0egUn-GOnzDe6lNgPsw>>

MARQUES, Eduardo. **Cidades, Políticas Urbanas Redistributivas e a Crise**. CEBRAP, São Paulo, jun. 2017.

MELO, Marcus André. **Política de Habitação e Populismo: O Caso Da Fundação da Casa Popular**. Revista de Arquitetura e Urbanismo, vol. 3, nº1, p. 30-61, 1990.

NEUHOLD, Roberta. **Movimentos sociais e políticas públicas: Um panorama das lutas por habitação social na área central da cidade de São Paulo**. Dilemas: Revista de Estudo de Conflito e Controle Social, 2016.

PATERNIANI, Stella. 2016. **Morar e viver na luta: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo**. São Paulo: Annablume.

SANTIAGO, Tatiana. **Cidade de São Paulo tem 206 ocupações onde moram 45 mil famílias**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml>>

**Sem casa Nem Renda Milhares de Famílias Vivem Sob a Angústia do Despejo em Meio a Pandemia**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/sem-casa-nem-renda-milhares-de-familias-vivem-sob-a-angustia-do-despejo-em-meio-a-pandemia.shtml>> Acesso em 29 de julho de 2021.

SILVA, C. Entrevista sobre ocupações e pandemia. [Entrevista concedida a Manoela Fagundes]. 2021.

MARINO, Aluizio. **Cartografias da Pandemia**. Revista Quatro Cinco Um, 2020. Disponível em: <<https://www.quatrocinco.com.br/br/artigos/a/cartografias-da-pandemia?fbclid=IwAR1EiTv25emXZDsCzx2ddcrCVvuZ5KSG1wVtc5ho0egUn-GOnzDe6lNgPsw>>

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella; TRINDADE, Thiago. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. Opinião Publica, Campinas, Vol. 18, nº2, novembro 2012, p. 399-426.

TOURINHO, Helena ; SILVA, Marlon ; **O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 401-417, nov 2015.

TAVOLARI, Bianca; FIRPO, Sérgio. **Aluguel e Pandemia: Quem paga e Quem Recebe no Brasil**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/aluguel-e-pandemia-quem-paga-e-quem-recebe-no-brasil.shtml>> Bianca Tavolari, Sergio Firpo, 21/abr.2020

TAVOLARI, B. Entrevista sobre ocupações e pandemia. [Entrevista concedida a Manoela Fagundes]. 2021.

RODRIGUES, E. Entrevista sobre ocupações e pandemia. [Entrevista concedida a Manoela Fagundes]. 2021.

STROPASOLAS, Pedro. **2020: O Ano Dos Despejos e dos Retrocessos nas Políticas Habitacionais**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/29/2020-o-ano-dos-despejos-e-dos-retrocessos-nas-politicas-habitacionais> Pedro Stropasolas 29/12/2020> Acesso em 28 de julho de 2021.

## 7 APÊNDICE

### 7.1 Semi-estrutura de Roteiro da Entrevista com Gestores

1. O que estava sendo feito em relação às ocupações antes da pandemia, e quais eram os planos?
2. Quais são as dificuldades do Município quando se fala em ocupações?
3. Qual é sua opinião pessoal sobre as ocupações? Como você vê as ocupações dentro da agenda pública municipal?
4. Como vocês enxergam as remoções?
5. O que o Município está fazendo para contribuir com os moradores das ocupações durante a pandemia? As ações anteriores à pandemia foram interrompidas?
6. Como vocês enxergam as remoções durante a pandemia?
7. Houve alguma política pública formulada e implementada para as ocupações nesse momento de pandemia? Quais foram os desafios que as políticas públicas tiveram que enfrentar em relação às ocupações durante a pandemia?
8. Aponte mudanças na atuação da prefeitura/ governo do estado durante a pandemia?
9. O governo tem novos dados em relação às ocupações durante a pandemia?
10. Quais medidas vocês pretendem tomar daqui para frente, além da vacinação?

### 7.2 Semi-estrutura de Roteiro da Entrevista com Líderes de Movimentos Sociais

1. Como líder, como você enxerga sua responsabilidade diante dos movimentos?  
E durante a pandemia?
2. Que providências os movimentos sociais tomaram quando a quarentena foi decretada?
3. Até que ponto os movimentos se ajudam entre si? Qual é a razão da divisão dos

movimentos?

4. Quais foram as maiores dificuldades que os movimentos sofreram durante a pandemia?
5. Qual foi a melhor ajuda que vocês receberam na pandemia?
6. E suas maiores conquistas durante a pandemia?
7. Li diversos textos que falam muito sobre o processo de formação dos movimentos sociais e das ocupações no centro de São Paulo. Por que há tantos movimentos diferentes?
8. Você acredita que a pandemia dá margem para a criação de novas lutas sociais?
9. Haverá, em sua opinião, expansão das regiões onde as ocupações ocorrerão na cidade de São Paulo? Qual é a perspectiva para esses movimentos daqui para a frente?

### **7.3 Semi-estrutura de Roteiro da Entrevista com Moradores das Ocupações**

1. Como você chegou aqui, qual foi seu caminho até chegar aqui?
2. O que gostaria que fosse mudado se pudesse mudar algo?
3. Quais são as coisas boas de morar aqui?
4. O que mudou quando a pandemia começou e a quarentena foi decretada?
5. Quais foram os maiores desafios que a pandemia trouxe?
6. O que a Prefeitura está fazendo durante a pandemia? E o Governo Estadual/Federal? A prefeitura está fazendo algumas coisas para ajudar as pessoas das ocupações durante a pandemia? E o governador? O governo federal? O congresso, isto é, os deputados e senadores?
7. Como vocês estão se organizando para combater os problemas da pandemia?
8. Você acha que algo mudou desde o início da pandemia até hoje? Se sim, o que? Você acha que os desafios do início continuam?
9. Para você, qual seria a melhor ajuda para vocês nesse período?

### **7.4 Semi-estrutura de Roteiro da Entrevista com Estudiosos do Tema**

1. Qual é a importância dos movimentos sociais no contexto histórico-cultural da cidade de São Paulo?
2. Quais são os pontos positivos e negativos de se morar em ocupação no centro?
3. No seu ponto de vista, como a sociedade civil pode contribuir com as ocupações de forma geral e durante a pandemia?
4. Sobre as ocupações e a pandemia: no que devemos prestar atenção? O que mudou e quais foram os impactos?
5. Ao seu ver, o que o estado deveria estar fazendo em relação a essa temática?
6. Os efeitos da pandemia nas ocupações estão mudando ao longo dos meses?

7. O que as remoções podem significar para as ocupações, para os moradores e para a cidade?
8. Tem alguma coisa que eu não perguntei?

### 7.5 Calendário de Entrevistas

Nome	Data	Grupo
Vanessa Padiá	10/12/2021	Gestor
Débora Dossiatti	11/12/2021	Estudiosos
Bianca Tavorari	11/01/2021	Estudiosos
Danielle Klintowitz	26/01/2021	Estudiosos
Carmen Silva	28/01/2021	Líder de Movimento Social
Morgana Krieger	03/02/2021	Estudiosa
Evanisa Rodrigues	05/02/2021	Líder de Movimento Social
Gegê	13/02/2021	Líder de Movimento Social
Eduardo Suplicy	18/02/2021	Gestor

\*As entrevistas com os três moradores foram feitas por troca de mensagens de áudio.